

**ATA DA 181ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO ÉTICA E DISCIPLINA DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2022**

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia 25 de agosto de 2022, teve início através de Webmeeting / Hangout meet a Centésima Octogésima Primeira Reunião da Câmara de Fiscalização Ética e Disciplina – CAED presidida pelo Vice-Presidente de Fiscalização Contador PEDRO HUMBERTO DE ALMEIDA RUFFO – CT CRCPB [REDACTED]. Estiveram presentes também nesta reunião, o Conselheiro JEAN DOUGLAS CASTRO PINHEIRO – CT CRCPB [REDACTED], a Conselheira TAIONARA KELLY BEZERRA DE OLIVEIRA – CT CRCPB [REDACTED], o Conselheiro VINICIUS DE MORAIS ANDRADE – CT CRCPB [REDACTED] o Conselheiro PAULO CESAR PEREIRA DA SILVA – CT CRCPB [REDACTED], a conselheira DARCÍLIA CHAVES TELES DE SOUZA – TC CRCPB 006628/O, o Conselheiro VALTER EUGÊNIO DA SILVA – TC CRCPB [REDACTED] e o Conselheiro WAGNER DOS SANTOS ARNAUD – CT CRCPB [REDACTED], a Conselheira ELIEDNA DE SOUSA BARBOSA – CT CRCPB [REDACTED] e o conselheiro JOELMARX SILVA DE OLIVEIRA SOBRINHO – CT CRCPB [REDACTED]. Na ordem do dia, foram julgados os seguintes processos: **Processo nº: 2021/000075 - [REDACTED]**

[REDACTED] De relato do Conselheiro (a) ELIEDNA DE SOUSA BARBOSA, instaurado por infração (Fato 1) Profissional da Contabilidade: Art. 15 e alínea "b" do art. 28, do DL 9.295/46, c/c item 5 alínea "f" do CEPC (NBC PG 01) .(Fato 2) Alínea "c" do Art. 27 do DL 9295/46, c/c Item 5 alínea "q" do CEPC (NBC PG 01) (Fato 1) Responder pela parte técnica e manter Organização Contábil sob forma não autorizada, funcionando sem o devido registro cadastral no CRCPB, o que identificamos por meio do não atendimento a Notificação nº 2020/000180.(Fato 2) Por descumprimento de determinação expressa deste Regional através da notificação nº 2020/000181, o que identificamos por meio do não atendimento a Notificação nº 2020/000181. A conselheira relatora ao analisar todos os documentos acostados ao processo verificou que se trata de dois fatos: Responder pela parte técnica e manter Organização Contábil sob forma não autorizada, funcionando sem o devido registro cadastral e por descumprimento de determinação expressa deste Regional. Em seguida verificou que o profissional é primário e apresentou defesa. Diante dos fatos averiguados pela conselheira esta destacou em seu parecer fatos a inobservância da RESOLUÇÃO CFC N.º 1.546, de 16 de agosto de 2018, que estabelece critérios para concessão de ISENÇÃO em função da idade avançada do profissional em questão, bem como a ausência de previsão para o enquadramento de natureza jurídica "Empresário (Individual)" na RESOLUÇÃO CFC N.º 1.636, de 07 de outubro de 2021, por este motivo proferiu seu voto pelo arquivamento do processo. Posto em discussão e votação, seu voto foi aprovado por unanimidade. **Processo nº 2021/000086 - [REDACTED]**

[REDACTED] De relato do Conselheiro (a) ELIEDNA DE SOUSA BARBOSA, instaurado por infração (Fato 1) Alínea "c" do Art. 27 do DL 9295/46, c/c Item 5 alínea "q" do CEPC (NBC PG 01) (Fato 2) Profissional da Contabilidade: Art. 15 e alínea "b" do art. 28, do DL 9.295/46, c/c item 5 alínea "f" do CEPC (NBC PG 01) . (Fato 1) Por descumprimento de determinação expressa deste Regional através da notificação nº 2021/000047, o que identificamos por meio do não atendimento a Notificação 2021/000047.(Fato 2) Responder pela parte técnica e manter Organização Contábil sob forma não autorizada, funcionando sem o devido registro cadastral no CRCPB, o que identificamos por meio do não atendimento a Notificação nº 2021/000048. A Conselheira relatora ao analisar o processo constatou que o profissional não é primário e não apresentou documentos em sua defesa e por se trata de dois fatos infringidos pelo



**ATA DA 181ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO ÉTICA E DISCIPLINA DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2022**

profissional a conselheira manifestou seu seguindo a Resolução CFC 1.636//21 de multa de duas anuidades no valor de R\$ 1.124,00 (hum mil cento e vinte e quatro reais) para cada fato, totalizando assim montante de R\$ 2.248,00 (dois mil, duzentos e quarenta e oito reais) e penalidade ética de [REDACTED] conforme Alíneas "b" e "g" do art. 27 do DL 9.295/46, c/c Item 20 alíneas "b" do CEPC (NBC PG 01), com art. 56 e art. 57, da Res. CFC 1.603/20 e com a Res. 1.605/20. Posto em discussão e votação, seu voto foi aprovado por unanimidade. **Processo nº 2021/000090 - [REDACTED]**

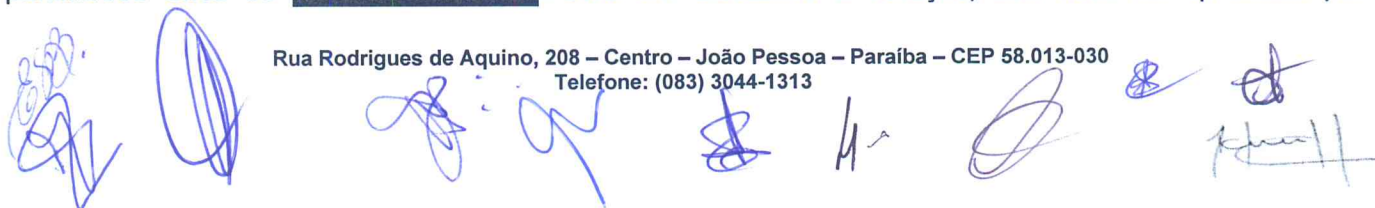
[REDACTED] De relato do Conselheiro (a) ELIEDNA DE SOUSA BARBOSA, instaurado por infração (Fato 1)Itens 7, 8 e 9 do CEPC (NBC PG 01) e art. 1º e 2º da Res. CFC 1.590/2020(Fato 2)Art. 25, alínea "b" do DL 9.295/46, c/c Item 4 alíneas "a" e "d" do CEPC (NBC PG 01) c/c os itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 da NBC ITG 2000.(Fato 3)Profissional da Contabilidade: arts. 15 e 28 alínea "b" do DL 9295/46, c/c com item 5 alínea "f" do CEPC (NBC PG 01) c/c art. 3º, § 1º, da Res. CFC 1.554/18 (Fato 1)Deixar de apresentar 02 (duas) provas de contratação dos serviços profissionais, a fim de comprovar os limites e a extensão da responsabilidade técnica perante seus clientes [REDACTED] – CNPJ

[REDACTED] e do [REDACTED] – CNPJ [REDACTED], o que identificamos por meio do não atendimento a Notificação nº 2021/000058.(Fato 2)Deixar de elaborar 02 (duas) escriturações contábil e/ou transcrever nos livros contábeis obrigatórios das empresas: [REDACTED]

[REDACTED] – CNPJ [REDACTED] e do [REDACTED] [REDACTED] – CNPJ [REDACTED] referente ao exercício de 2020, o que identificamos

por meio do não atendimento a Notificação nº 2021/000061.(Fato 3)Assumir a responsabilidade técnica mantendo e integrando sociedade contábil sem registro cadastral no CRC, o que identificamos por meio do não atendimento a Notificação nº 2021/000060. A conselheira relatora ao analisar o processo verificou que Organização Contábil denominada ALISSON RODRIGO PEREIRA DA SILVA, portadora do CNPJ N° [REDACTED], não atendeu a Notificação nº 2021/00046 e não apresentou defesa, cabendo, nesse caso, aplicação da penalidade prevista. Contudo, como não há previsão para anuidade desse tipo de enquadramento de natureza jurídica, "Empresário (Individual)" na RESOLUÇÃO CFC N.º 1.636, de 07 de outubro de 2021, não é possível aplicar penalidade de multa, manifestou seu voto pelo arquivamento do processo mediante fatos apresentados em seu parecer. Posto em discussão e votação, seu voto foi aprovado por unanimidade. **Processo nº 2021/000102 - [REDACTED]**

[REDACTED] De relato do Conselheiro (a) ELIEDNA DE SOUSA BARBOSA, instaurado por infração (Fato 1)Alínea "c" do Art. 27 do DL 9295/46, c/c Item 5 alínea "q" do CEPC (NBC PG 01) (Fato 1)Por descumprimento de determinação expressa deste Regional através da notificação nº 2021/000187, o que identificamos por meio do não atendimento a Notificação N° 2021/000187. A conselheira relatora ao analisar o processo constatou que a autuada é reincidente, não apresentou documentos em sua defesa e considerando a Resolução CFC 1.636, de 7 de outubro de 2021 votou pela aplicação de multa no valor de R\$ 1.124,00 (um mil, cento e vinte e quatro reais) e penalidade ética de [REDACTED].Posto em discussão e votação, seu voto foi aprovado por



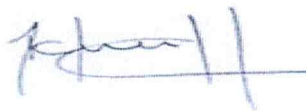


**ATA DA 181ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO ÉTICA E DISCIPLINA DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2022**


77 unanimidade. Processo nº 2022/000024 - [REDACTED]  
78 [REDACTED]. De relato do Conselheiro (a) PEDRO HUMBERTO DE ALMEIDA RUFFO, instaurado por  
79 infração (Fato 1) Art. 20 do DL 9.295/46 (IN CFC 05/95), c/c Item 5 alíneas "d" e "f" do CEPC (NBC PG 01)  
80 e com art. 19 da Res. CFC 1.554/18 (Fato 1) Ocupar função/cargo contábil ou executar serviços contábeis  
81 na organização contábil [REDACTED] estando  
82 com o seu registro baixado no CRCPB, o que identificamos por meio das informações enviadas através  
83 do RAIS-CAGED, pelo Conselho Federal de Contabilidade, constante no Acordo de Cooperação Técnica n.  
84 70/2021, celebrado com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e  
85 pelo não atendimento à Notificação n. 2022/000197, lavrada em 18 de maio do corrente ano. O vice-  
86 presidente considerando informação da fiscalização e após análise da documentação apresentada,  
87 verificou a regularização da infração por parte da autuada. Neste termo determinou o ARQUIVAMENTO,  
88 com base no inciso I do artigo 44 da Resolução do CFC 1.603/2020. Posto em discussão e votação, seu  
89 voto foi aprovado por unanimidade. Processo nº 2022/000031 - [REDACTED]

90 [REDACTED] De relato do Conselheiro (a) PEDRO HUMBERTO DE ALMEIDA RUFFO,  
91 instaurado por infração (Fato 1) Profissional da Contabilidade: Art. 15 e alínea "b" do art. 28, do DL  
92 9.295/46, c/c item 5 alínea "f" do CEPC (NBC PG 01) .(Fato 2) Alínea "c" do Art. 27 do DL 9295/46, c/c  
93 Item 5 alínea "q" do CEPC (NBC PG 01) (Fato 1) Responder pela parte técnica e manter Organização  
94 Contábil sob forma não autorizada, funcionando sem o devido registro cadastral no CRCPB, o que  
95 identificamos por meio do comprovante de inscrição cadastral, emitido pela Receita Federal de Brasil,  
96 no qual reconhece o CNAE : 63.20-6-01, como relativo à atividade de contabilidade e também pelo não  
97 atendimento à Notificação 2022/000092, lavrada em 02 de Maio de 2022 (Fato 2) Por descumprimento  
98 de determinação expressa deste Regional por deixar de enviar ao Regional os seguintes documentos:  
99 Relação dos Clientes sob a sua responsabilidade técnica, Ficha Informativa de Organização Contábil,  
100 Ficha de Atualização de Endereço e a Ficha Perfil do Executor de Serviços Contábeis, através da  
101 notificação nº 2022/000093, o que identificamos por meio do não atendimento à Notificação  
102 2022/000093, lavrada no dia 02 de Maio de 2022. O vice-presidente considerando informação da  
103 fiscalização e após análise da documentação apresentada, verificou a regularização da infração por  
104 parte da autuada. Neste termo determinou o ARQUIVAMENTO, com base no inciso I do artigo 44 da  
105 Resolução do CFC 1.603/2020. Posto em discussão e votação, seu voto foi aprovado por unanimidade.  
106 Às onze horas e cinquenta e sete minutos nada mais havendo a tratar, o Vice-Presidente da Câmara  
107 PEDRO HUMBERTO DE ALMEIDA RUFFO a deu por encerrada a Sessão e agradecendo a presença de  
108 todos. E, para constar, eu Claudine Andréa Silva Toscano Coordenadora do Setor de Fiscalização lavrei a  
109 presente Ata, que na ocasião foi lida e aprovada; a presente porta a verdade, e será assinada por mim,  
110 pelo Vice-Presidente da Câmara de Fiscalização e pelos demais membros presentes do Conselho  
111 Regional de Contabilidade do Estado da Paraíba, na cidade de João Pessoa-PB, em vinte e cinco de  
112 agosto de 2022.

**ATA DA 181ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO ÉTICA E DISCIPLINA DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2022**



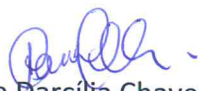
Contador Pedro Humberto de Almeida Ruffo  
Vice-Presidente de Câmara de Fiscalização



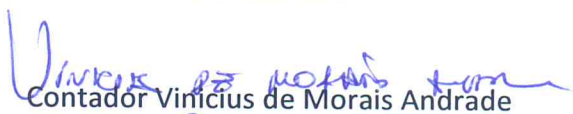
Contadora Taionara Kelly B. de Oliveira  
Conselheira



Contador Jean Douglas Castro Pinheiro  
Conselheiro



Tec. Contabilidade Darcília Chaves Teles de Souza  
Conselheira



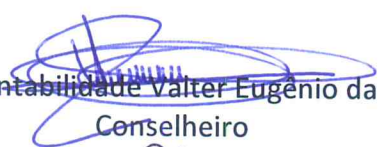
Contador Vinicius de Moraes Andrade  
Conselheiro



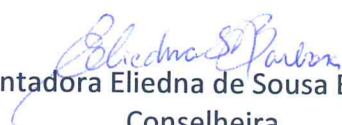
Contador Paulo César Pereira da Silva  
Conselheiro



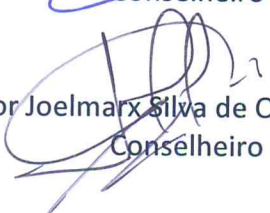
Contador Wagner Santos. Arnaud  
Conselheiro




Téc. Contabilidade Valter Eugênio da Silva  
Conselheiro



Contadora Eliedna de Sousa Barbosa  
Conselheira



Contador Joelmarx Silva de Oliveira Sobrinho  
Conselheiro



Contadora Claudine Andrea Silva Toscano  
Coordenadora do Setor de Fiscalização